

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 534.880 - RJ (2019/0284104-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
EMBARGANTE : JORGE ALEXANDRE CANDIDO MARIA
ADVOGADOS : WELLINGTON CORRÊA DA COSTA JÚNIOR - RJ093311
MARCO AURÉLIO TORRES SANTOS - RJ132210
MARCELO EDUARDO BATTAGLIN MACIEL - MS012965
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração em *habeas corpus*, opostos por **JORGE ALEXANDRE CANDIDO MARIA** contra decisão de minha relatoria a qual indeferi liminarmente o *mandamus* por falta de peça e questionamento de decisão de primeiro grau (e-STJ, fls. 191-194).

Aduz, em suma que a) "a Defesa questionou a inércia do Desembargador Relator do Tribunal de Justiça fluminense, o qual deixara de despachar no Habeas Corpus lá impetrado, o qual estava concluso há mais de 04 (quatro) meses, havendo, por força dessa consequência, enorme prejuízo ao beneficiário da presente, já que estava sufragado de ver decidido o seu pleito libertário. Portanto, em nenhum momento, questionara diretamente Decisão da lavra do Juízo de Primeiro Grau" (e-STJ, fl. 201); b) "nesse sentido a Defesa pleiteara, em primeiro plano, o afastamento, pela via transversa, do Enunciado da Súmula 691, do Supremo Tribunal Federal, e, ao depois, a revogação do decreto prisional, o reconhecimento do excesso de prazo, ou, alternativamente, a fixação do prazo de 05 (cinco) dias para que o Desembargador Relator se pronunciasse em torno da inicial, proferindo, assim, decisão quanto ao pleito cautelar" (e-STJ, fl. 201-202); e c) "o *mandamus* ajuizado no Tribunal de Justiça fluminense não tem Acórdão, uma vez que, como visto, desde a impetração, ou seja, há mais de 04 (quatro) meses, encontra-se concluso para o primeiro despacho, razão pela qual a Defesa atacara, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a inércia do Desembargador Relator, instruindo, inclusive, o feito com a documentação de fls. e-STJ 176 usque e-STJ 180, bem como com a consulta processual extraída da internet, devidamente atualizada (fl. e-STJ 181), além das peças extraída do feito originário necessárias à solução da controvérsia" (e-STJ, fl. 202).

Requer assim a superação da súmula 691/STF "para estabelecer prazo para que o Desembargador Relator decida acerca do pleito cautelar lá formulado, dando, assim, seguimento ao feito" ou alternativamente o recebimento como agravo regimental e apreciação do pleito pelo órgão Colegiado desta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

Considerando os argumento explicitados nos embargos, os quais clarearam a situação, reconsidero o indeferimento liminar do *writ*.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 691 DO STF. LIBERDADE PROVISÓRIA. FIANÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF). Verificada a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, justifica-se o processamento da presente ordem.

2. Os Tribunais Superiores firmaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

[...]

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício, confirmando a liminar deferida, para assegurar ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade sem fiança."

(HC 466.168/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018).

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. ENUNCIADO Nº 691 DA SÚMULA DO STF. ORDEM JULGADA PREJUDICADA. DEFERIMENTO DE LIMINAR POR TRIBUNAL SUPERIOR NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DO MÉRITO DA ORDEM. MEDIDA CAUTELAR DE PROIBIÇÃO DE CONTATO COM MARIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL PATENTE. AFASTAMENTO DA MEDIDA. ORDEM NÃO CONHECIDA, MAS CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

2. O deferimento de liminar por Tribunal Superior não enseja a perda do objeto da ordem originária, uma vez que a tutela de urgência não se reveste de definitividade.

[...]

4. Ordem não conhecida, mas concedida de ofício para, ratificando a liminar, revogar a medida cautelar de proibição de contato com os demais acusados, imposta à paciente nos autos do Processo n. 1000289-31.2018.8.26.0374, unicamente em relação ao seu marido."

(HC 454.140/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA

Superior Tribunal de Justiça

FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 28/09/2018).

O Supremo Tribunal Federal e esta Corte Superior, pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem e a concessão do *writ*.

No tocante aos argumentos de ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, o tema suscitado pela defesa deve ser analisado pelo Tribunal *a quo*, o que inviabiliza a exame diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

2. Pendente análise do recurso encaminhado ao Tribunal *a quo*, em relação à progressão de regime prisional, esta Corte Superior fica impedida de manifestar-se a respeito, sob pena de indevida supressão de instância.

3. As faltas graves praticadas no decorrer da execução penal não interrompem o prazo para a obtenção do livramento condicional - Súmula n. 441 do Superior Tribunal de Justiça - STJ - mas justificam o indeferimento do benefício pelo inadimplemento do requisito subjetivo. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 456.151/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 27/8/2018, com destaque).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. MATÉRIA NÃO DECIDIDA PELO TRIBUNAL *A QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. É inviável a análise nesta Corte Superior de matéria não apreciada no Tribunal de origem, pena de indevida supressão de instância.

2. Este Superior Tribunal de Justiça é incompetente para apreciar alegado direito à progressão de regime se a questão não foi decidida pelo Tribunal de origem, em evidente supressão de instância, sobretudo se não há nos autos informações precisas e consolidadas

Superior Tribunal de Justiça

acerca da situação do apenado e quanto ao preenchimento dos requisitos legais.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 445.407/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 24/5/2018).

Contudo, vejo que assiste razão ao impetrante em relação a demora na apreciação do pedido de liminar pela Corte Estadual.

O *habeas corpus* n. 0026130-61.2019.8.19.000 foi impetrado na data de 10/5/2019, distribuído em 14/05/2019, não tendo sido apreciado até o momento o pedido de liminar configurando patente ilegalidade.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 191-194 (e-STJ), tornando-a sem efeito e **não conheço do *habeas corpus***. No entanto, **concedo parcialmente a ordem de ofício**, apenas para determinar que a corte de origem aprecie com urgência o pedido de liminar e se possível o mérito dos autos n. 0026130-61.2019.8.19.000.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator